

HABEAS CORPUS Nº 548.446 - SP (2019/0356307-7)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GALIB JORGE TANNURI
ADVOGADO : GALIB JORGE TANNURI - SP024289
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MILER ACACIO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MILER ACACIO DE SOUZA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou o *writ* de origem, assim ementado (fl. 113):

HABEAS CORPUS LATROCÍNIO TENTADO PRETENSÃO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR ADUZIDA ILEGALIDADE PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR, NÃO SE COGITA ILEGALIDADE DA PRISÃO PROCESSUAL ORDEM DENEGADA.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime de latrocínio tentado, tipificado no art. 157, § 3º, II, cc. art. 14, II, ambos do Código Penal.

Os impetrantes argumentam que *Se não for socorrido pela concessão de LIMINAR que conceda a ordem para decretar a expedição de competente Alvará de Soltura em prol do paciente Miler Acácio de Souza, haverá, data magna venia, a continuidade de inegável tripúdio ao Princípio da Razoabilidade, no que concerne à duração da Prisão Preventiva, por demora única e exclusivamente imputável ao aparelho judiciário, pois se encontra encarcerado, sem julgamento, por mais tempo que tem determinado referenciais estabelecidos por este Superior Tribunal de Justiça e também pelo Supremo Tribunal Federal.*

Destaca que *não há nenhum (...) requisitos no sentido de criar óbices para o relaxamento da prisão preventiva do paciente Miler Acácio de Souza, tendo em vista que a demora do julgamento da ação penal não foi provocada pela defesa, mas exclusivamente imputável ao aparelho judiciário.*

Afirma, ainda, que *o encarceramento ocorreu em 16 de novembro de 2018, porém quando for realizada a audiência de instrução e julgamento, em 4 de fevereiro de 2020, a prisão atingirá o patamar de 15 (quinze) meses, em total profanação ao Princípio da Razoabilidade, ressaltando-se que, no caso em epígrafe, inexistem requisitos no sentido de criar obstáculos para o relaxamento da prisão preventiva do paciente Miler Acácio de Souza, conforme*

Superior Tribunal de Justiça

tem decidido o Supremo Tribunal Federal, pois ausente a complexidade da causa (sem pluralidade de muitos réus, sem defensores diversos, sem elevados números de testemunhas, sem expedição de cartas precatórias), não havendo nenhuma conduta das partes visando a procrastinação do processo, inexistindo gravidade do delito comprovada, tendo em vista que a demora do julgamento da ação penal não foi provocada pela defesa, mas exclusivamente imputável ao aparelho judiciário.

Requer a concessão da ordem para que seja expedido o alvará de soltura.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame aprofundado da suficiência da cautelar atípica.

Assim, para garantir a eficácia plena das decisões dominantes na Turma, melhor o exame do *habeas corpus* por ocasião do julgamento definitivo de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator